







Trabalho Costura final

Projeto para motoristas de app inclui remuneração mínima e INSS

____ Texto que governo vai encaminhar ao Congresso prevê piso de R\$ 32,09 por hora rodada; sem acordo com empresas, entregadores ficam fora de mudanças

FERNANDA TRISOTTO CAIO SPECHOTO

BRASÍLIA

Em cerimônia ontem no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou projeto de lei para regulamentar os serviços prestados por motoristas de aplicativos no País. O texto, que será encaminhado ao Congresso, prevêum piso de R\$ 32,09 por hora de trabalho e uma alíquota de contribuição previdenciária de 27,5% (20% bancados pelos empregadores e 7,5% descontados dos trabalha-

dores), além de jornada máxima de 12 horas, auxílio-maternidade e representação sindical.

Apesar disso, não haverá vínculo de trabalho entre empresas e motoristas, que por força da lei continuarão a ser autônomos. Se aprovado, o projeto entrará em vigor em 90 dias depois da sua sanção.

A regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativo era uma promessa da campanha de Lula, mas a proposta apresentada pelo governo só contempla os profissionais que atuam no transporte de passageiros em veículos de quatro rodas. Prestadores de

serviços por motos e bicicletas para aplicativos como iFood e Rappi ainda não foram contemplados, por falta de acordo entre empresas egoverno—que prome-

Referência
O projeto do governo
prevê reajuste anual da
remuneração básica
seguindo o salário mínimo

te apertar a pressão sobre as empresas: "Vamos encher o saco para fazer negociar", disse Lula (mais informações na pág. B2). Lula reforçou ainda que o governo pressionará o Congresso para a aprovação do texto e alertou sobre as dificuldades para isso. "Vocês se preparem porque a discussão aqui não será moleza", disse. Segundo ele, é necessário procurar os líderes de bancadas para conversar sobre o projeto. "Da parte do governo, vamos fazer de tudo para aprovar o mais rápido possível."

Em outro momento, disse que o governo poderá negociar com bancos novas linhas de financiamento para esse público. "Daqui a pouco, vamos discutir com os bancos como fazer para baratear uma linha de financiamento para trocar o carro de vocês", disse o presidente, se voltando para os motoristas que estavam no Planalto, frisando que passageiro não gosta de andar em carro velho.

A nova categoria foi denominada de "trabalhador autónomo por plataforma" e receberá uma remuneração de, ao menos, um salário mínimo (R\$ 1.412). O piso de R\$ 32,09 por hora contempla R\$ 8,02 como remuneração básica e R\$ 24,07 para cobrir custos como celular, combustível e manutenção do veículo. A contribuição para o INSS será calculada sobre os R\$ 8,02, com a previsão de auxílio-maternidade para se mulheres que atuam como motoristas nas plataformas.

O texto determina que o período máximo de conexão do trabalhador a uma mesma plataforma não poderá ultrapassar 12 horas diárias. Para receber o piso nacional, a jornada deverá ser de oito horas diárias efetivamente trabalhadas. ●

PROJETO DE LEI PODE INSERIR QUASE 800 MIL MOTORISTAS EM SINDICATOS. PÁG. B2

